



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

No dia dez de junho de dois mil e dezenove, no Auditório do Mezanino — Edifício Cidade I – Rua Boa Vista 170 – Centro – Cidade de São Paulo, às 9h25, reuniram-se os membros titulares e suplentes para a 15ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Habitação do Estado de São Paulo – CEH-SP: Flavio Augusto Amary (Presidente do Conselho e Secretário da Habitação), Fernando José de Souza Marangoni (Secretário-Adjunto da Habitação), Carlos Nabil Ghobril (Casa Civil), Nelson Okamura (Secretaria Estadual de Fazenda e Planejamento), Glaucio Attorre Penna (Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente), Marcelo Hercolin (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano-CDHU e Secretário Executiva do Conselho), Maria Claudia Pereira de Souza (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano-CDHU), Maurício Queiroz Prado (COHAB Santista), João Siqueira de Farias (Secretaria de Habitação do Município de São Paulo), Rosalvo Salgueiro Silva (Núcleo Centro Social URS Belle), Jocemar Silveira (Cooperativa Nacional de Empreendimentos Populares e Ecológicos – CONEPE), Antônio Pedro de Souza (Movimento pelo Direito à Moradia – MDM), Isaías Martins da Silva (Movimento Pró Moradia de Suzano), Terezinha Rodrigues Romão (Associação Mulheres da Columbia), William Eilert Evangelista (Federação Intermun. de Mov. e Associação Pró Moradia - FIMAPI), João Batista Crestana (Secovi), Elias Resnichenco Zitune (AELO), Victor Bassan de Almeida (SindusCon-SP), José da Silva Aguiar (ABECIP). A reunião contou também com os representantes da SH / CDHU: Cassiano Quevedo Rosas de Ávila – Chefe de Gabinete da Secretaria da Habitação, Fernando Marangoni. Secretário Executivo da Secretaria de Habitação; Eduardo Velucci – Presidente da CDHU, Nédio Henrique Rosselli Filho – Diretor Administrativo-Financeiro da CDHU, Aguinaldo Lopes Quintana Neto - Diretor Técnico – CDHU e Marcelo Hercolin - Diretor de Atendimento Habitacional da CDHU, membro do Conselho e Secretário Executivo do CEH. Seguindo as apresentações: Jocemar Silveira - líder comunitário, educador ambiental, Conselheiro Gestor de Habitação na Zona Sul e presidente da CONEPE / MOP – Movimento de Organização Popular. Elias Zitune - representante da AELO representa o mercado, o setor de loteamentos e de desenvolvimento urbano. José Aguiar - ABECIP, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia. João Crestana – engenheiro e representa o SECOVI de São Paulo. Carlos Nabil - Casa Civil e está participando como suplente do Secretário Antonio Carlos Rizeque Malufe. Glaucio Attorre Penna - Subsecretario de Infraestrutura na Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, representando aqui o Secretário Marcos Penido; Victor Almeida, membro do Conselho Consultivo do SINDUSCON; Maria Claudia Pereira de Souza, da Superintendência de Planejamento Habitacional e Programas da CDHU, vinculada à Diretoria Técnica e de Planejamento; Maurício Prado, Presidente da COHAB Santista, Presidente do Conselho Municipal de Santos; Nelson Okamura - assessor da Coordenaria de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda e Planejamento; João Farias - Secretário Municipal de Habitação de São Paulo e Isaías Martins, de Suzano (Movimento Pró-Moradia de Suzano). O Secretário da Habitação dá as boas vindas e informa que essa é a primeira reunião de sua gestão do CEH, e que para tal procurou conhecer melhor a legislação: lei, decretos, resoluções, regimento, de modo a conhecer melhor as responsabilidades do Conselho. Sugere que, principalmente os novos membros, façam essa leitura, incluindo as Atas passadas para que tenham conhecimento do regimento e caso precisem, a nossa equipe pode orientar e providenciar o material. Antes de iniciar os trabalhos, faz uma rodada de apresentação de todos os membros e a Entidade/Órgão que representam e informa que essa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

reunião, assim como todas as outras, são gravadas de modo a facilitar a documentação e elaboração das atas. Isto feito dá seguimento à pauta, consulta se todos receberam, diz que quer compartilhar com todos o que tem sido feito, da nossa política habitacional, das nossas conversas, e convida Eduardo Velucci que é Presidente da CDHU para falar um pouco sobre a companhia e como ele imagina a companhia nessa gestão. **Eduardo Velucci** cumprimenta a todos e inicia informando que a Companhia vem se modernizando, buscando algumas alternativas para trabalhar juntamente com o mercado privado também. Que a empresa vem trabalhando numa produção, onde hoje tem mais de sete mil e quatrocentas unidades para serem entregues neste ano, 16 mil em produção e pretende nos próximos anos atingir 40 mil unidades. Que o objetivo é ser muito mais criativo e buscar algumas alternativas para que se consiga produzir muito mais de forma mais inteligente e mais barata. É um trabalho grande e desafiador. Com relação também às entidades, é de conhecimento que foram 84 entidades que se inscreveram e 46 estão habilitadas. Então é importante saber que ainda há inscrições abertas, que na verdade não é inscrição, é a habilitação, entrega de documentação para que se possa seguir em frente com esse grande projeto. Passa a palavra ao Secretário e agradece a presença de todos. **O Secretário** fala como está vendo a estrutura da atual gestão dos próximos quatro anos. Primeiro tem que ter o mapa do déficit, entender a composição do déficit habitacional, não só aquele número, mas como ele é composto por região do Estado de São Paulo. Diz estar viajando muito com sua equipe. Destaca que o mais impressionante foi, em Santos, onde visitaram as palafitas. Que vale a pena a visita em algum momento. Tem feito isso para entender não apenas o déficit, mas como é feito o sorteio ou a entrega da casa, com visitas às famílias. E entender também como é composto o déficit e buscar soluções. Diz que todos devem saber que 60% do déficit é de locação, é o ônus excessivo do aluguel. É importante, e que o Secretário do Município de São Paulo João Farias tem uma participação importante nesse tema, da Locação Social, do LAR que é Locação Acessível Residencial. Esse é um tema muito importante e que dentro do espectro de trabalho, de objetivo, está o de buscar uma forma de fomentar a produção de imóveis para locação, seja privado, seja público, seja em parceria com a iniciativa privada com o município, ou com o próprio Governo Federal. E tem trabalhado isto dentro de um Conselho Gestor, que existe também aqui na Secretaria, que o governo novo pediu para que cada secretaria fizesse um Conselho Gestor, no estilo deste. E que dentro dessa linha, da composição do déficit, também é importante buscar soluções para a coabitação. São soluções múltiplas para se atingir o mesmo objetivo que é o de diminuir o número do déficit habitacional. Dentro dessa linha da coabitação há um projeto para que se faça um financiamento, mistura um pouquinho o Lote Urbanizado, e que o Presidente da AELO está trabalhando nessa frente visando um financiamento de cesta básica. Este financiamento de cesta básica que pode ser extensivo até a entidades, incluindo pessoas que já possuem o terreno. Financiamento com fomento da Casa Paulista, do Banco do Povo ou Desenvolve São Paulo, para que se possa também ter uma solução para coabitação, que possa fazer uma casa adicional naquele terreno, principalmente em cidades em que o terreno é um pouco mais barato. Então, entendendo cada região com sua característica pode-se buscar a solução específica. Acrescenta que Eduardo Velucci apresentou o panorama da CDHU, que tem 16 mil unidades em construção, sendo por volta de sete mil ou seis mil e poucas entregues neste ano e o restante no ano que vem. Informa que a Casa Paulista tem hoje 31 mil unidades em produção, ou seja, uma produção bastante grande, mas que está preparando também novas construções tanto via CDHU quanto Casa Paulista. A CDHU está com uma agenda de assinaturas de convênios, para que se faça isso ao longo dos anos. Enfim, diz que continuam com essa linha de convênios com as prefeituras para receber os terrenos, e a CDHU faz os projetos, iniciando



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

novas obras em processo contínuo. E com a Casa Paulista é a mesma coisa, embora com um orçamento muito restritivo para este ano. Fala da importância de fazer uma apresentação mais detalhada, e passar a palavra para os participantes, conversando um pouco mais, abrindo um debate. Continua, esclarecendo que a Casa Paulista também tem uma dificuldade orçamentária, e que o orçamento este ano foi bastante contingenciado. Procura entre os membros do Conselho e inclui na conversa, Nelson Okamura – da Sec. da Fazenda informando que ele é o responsável pela liberação de verba. Há dificuldade orçamentária no Estado de São Paulo, e pode-se imaginar com o resto do País; o Estado de São Paulo, que sempre teve muito respeito aos recursos, muita seriedade na gestão pública, está com dificuldade orçamentária. Nesta linha é que se está concebendo o projeto do Nossa Casa, Programa que é um incentivo ao investimento privado. E que uma das soluções para que se consiga fomentar a produção é ter mais parcerias com a iniciativa privada, pois com o investimento privado se consegue fazer mais. O objetivo do Nossa Casa é trazer os terrenos públicos, municipais ou estaduais, o investimento privado, o complemento do subsídio da Casa Paulista, com o subsídio do Minha Casa Minha Vida, que também é outra temática que será tratada aqui nessa conversa. E também com o complemento do Minha Casa Minha Vida e com o financiamento da Caixa Econômica, pois com esses investimentos acredita-se fomentar dentro desse programa pelo menos 60 mil unidades. É a meta nessa gestão de quatro anos e espera-se que a Casa Paulista consiga ter esse fomento no governo João Doria. Outro tema importante em que vem trabalhando é a desburocratização. Muitas ações estão sendo feitas dentro do GRAPROHAB, o que se pode observar no mapa de aprovações GRAPROHAB, com a simplificação de processos que aumenta a produção e ocorre menos problemas de déficit. Então, de acordo com o mapa de cada município paulista, tem aqueles que são mais difíceis de aprovar projeto e os que são mais rápidos na aprovação, e quando o município demora mais para aprovar tem mais favelização e, se, mais irregular, menos produção; menos geração de renda, menos geração de imposto e mais problema social. Um foco também importante, para que no médio e longo prazo traga menos problemas sociais e menos déficit habitacional é desburocratizar o processo de aprovação de projetos habitacionais. E, não só no Município de São Paulo, mas também em todo o Estado de São Paulo. Esta é uma das metas e dentro desta linha se procura fazer uma simplificação, uma desburocratização, a digitalização dos processos de aprovação no GRAPROHAB. E, fala ainda, sobre uma parceria que foi fechada no mês passado, com o Município de São Paulo e que depois João Faria poderá falar um pouco à respeito. Menciona que tem um estudo que começou com o João Doria, ainda prefeito, e o volume que foi assinado na semana retrasada foi em torno de 13.000 unidades. Foi realizado um evento no Ipiranga, em Heliópolis, com o pessoal do MSTI, o Movimento dos Sem Teto do Ipiranga. E foi feita uma parceria com o município participando no financiamento à produção da PPP do Município de São Paulo. Coube ao Estado buscar também algumas soluções e aí, vale também a parceria com o Município, dentro do Centro Histórico. O município, se não se engana, tem 30 edifícios ocupados no centro de São Paulo, mas existe uma dificuldade de produção habitacional. Tem as restrições legais, sejam elas dos conselhos de patrimônio histórico, e restrições de corpo de bombeiros; contudo, se busca também, nessa parceria com o município fomentar a produção. Talvez seja criado até um GRAPROHAB específico para licenciamento em conjunto da Prefeitura e do Estado que possa atuar dentro da operação central, da Operação Urbana Centro, nesse perímetro. É um tema importante, onde se tem dedicado toda a energia, e se viabilizar pode servir de exemplo, expandido-se a outros municípios, como Santos e Campinas. Esse tema é importante, assim como o de regularização fundiária que o Marangoni irá apresentar um panorama da regularização fundiária por meio do Programa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

Cidade Legal. O **Secretário** acredita ter passado um panorama geral e acha importante mencionar, considerando o Isaías e o Jocemar presentes, a interlocução que tem sido feita com os movimentos sociais. Acrescenta que em dezembro, antes de assumir o cargo, junto com o Fernando Chucre, que estava na Habitação, tiveram um encontro na Secretaria de Habitação do Município, com os movimentos sociais. E que, continua juntamente com o Marangoni e o Eduardo, esse diálogo com os movimentos sociais, já tendo se reunido por diversas vezes com os movimentos, não tendo restrições quanto a atendê-los aqui na Secretaria, sendo necessário apenas agendar a reunião e respeitar as regras. Recentemente realizou um encontro no auditório, com aproximadamente 100 pessoas, e manteve um diálogo aberto com os movimentos sociais, o que é uma diretriz da habitação e também desse governo. Diz que fazer manifestação é direito, mas dentro da respeitabilidade, faz parte do jogo democrático. Essa é uma das regras para os movimentos sociais e, outra diretriz clara do Governador é não aceitar as invasões; isso já foi dito algumas vezes. E tem dito isso para os movimentos sociais também, da importância de ter respeito às regras da Constituição. Para terminar, antes de passar a palavra para o Cassiano falar um pouco da PPP e também para o Marangoni falar um pouco dos movimentos sociais, reforça a importância da articulação que tem buscado fazer. Que o Marangoni tem ajudado bastante nesta interlocução, assim como o Nédio com a Caixa Econômica, tendo sido ele diretor da Caixa Econômica. Essa interlocução com a Caixa Econômica é muito importante principalmente na Secretaria da Habitação, para que se busque construir soluções em conjunto, seja no Estado de São Paulo ou Governo Federal. Já teve algumas reuniões com o próprio ministro de Desenvolvimento Regional, diversos encontros com o Celso Matsuda, que é o Secretário Nacional da Habitação, que já trabalhou aqui na CDHU, e então tem uma relação muito próxima com a estrutura e com os problemas que existem aqui no Estado de São Paulo. Periodicamente tem tido encontros com ele, por mensagem, telefone, pessoalmente sendo a interlocução com o Governo Federal também muito importante. E será retomado o Fórum Nacional de Secretários da Habitação, com a primeira reunião na sexta-feira, no Palácio dos Bandeirantes em São Paulo. Há uma articulação para assumir a presidência e ter essa interlocução com o Governo Federal. Dezoito estados já confirmaram presença e diz que já tem chapa constituída e com apoio dos secretários, uma característica de não ter só pessoas do Norte e Nordeste, mas espalhado pelo país todo para ter a força e atuação técnica e política e uma interlocução mais fortalecida com o Governo Federal, do futuro do Minha Casa Minha Vida. E soluções para Governo do Estado de São Paulo e Governo Federal. Finaliza com o que tinha para informar aos presentes, agradece a todos e passa a palavra para o Cassiano falar do status da PPP do Centro e depois o Marangoni falar sobre regularização fundiária e, que na sequência será aberto o debate. **Cassiano** diz que o projeto da PPP aqui no Estado de São Paulo teve início em 2014, onde foi citado pela Secretaria do Estado tendo como premissa reocupar o centro, revitalizar o centro de São Paulo, principalmente próximo à região do Complexo Júlio Prestes. O contrato foi firmado em 2015 e conta na essência com investimento de R\$ 919 milhões da iniciativa privada e mais R\$ 465 milhões do Estado de São Paulo. A essência é que o setor privado acabe edificando as unidades e em contrapartida o estado remunere uma série de serviços que são prestados ao longo dos 20 anos de concessão. Esses serviços basicamente são pautados em trabalho técnico social, gestão da carteira de mutuários, gestão condominial e manutenção corretiva e preventiva das unidades. O projeto prevê 3.683 UH, sendo 2.260 HIS e 1.423 HMP, sendo que destas 2.260, 1.131 já foram concluídas e entregues e já estão sendo ocupadas. Até metade do ano, deve ser concluído mais um conjunto com 96 unidades e no final desse ou início do próximo ano, está prevista a entrega de mais 288 unidades. O projeto já está na segunda etapa e o desafio é



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

localizar e identificar áreas em que se possam colocar as próximas unidades. Existem algumas áreas em estudo e se vem fazendo reuniões com várias pastas, como a Secretaria de Habitação do Município, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, na tentativa de verificar qual área seria mais viável tecnicamente e financeiramente para o término do projeto. Há muitas dificuldades, porque boa parte dos imóveis disponíveis no Município de São Paulo tem problemas fundiários, de contaminação, de ocupação irregular e como se sabe, essas questões não são tão simples e imediatas de se resolver. Mas se acredita que em breve se conseguirá concluir essas unidades. O projeto prevê, além da construção de unidades, uma série de obras não residenciais, entre elas a revitalização da Praça Júlio Prestes, que já foi concluída, e acredita já ter sido entregue para a Prefeitura de São Paulo. Várias obras de infraestrutura e revitalização na Praça foram iniciadas, já foi concluída a reforma do Segundo Grupamento do Corpo de Bombeiros, e agora está em discussão o projeto da Escola de Música, nas quadras 49 e 50. Está sendo construída a creche que deve ser concluída, no início do ano, junto com as obras da quadra 50. Tem uma série de espaços comerciais aguardando o projeto para a retirada dos muros do entorno do empreendimento, até por uma questão do projeto para integração de toda a área. E, por fim, a construção de uma passarela, desde que se torne viável, dentro de uma das áreas. Conclui que basicamente é isso e agradece. **Fernando Marangoni** inicia, complementando o que o Secretário explanou, que um dos focos da Secretaria da Habitação do Estado nesta gestão é a regularização fundiária através do Programa Cidade Legal. Atuação muito forte na regularização fundiária e na requalificação de moradias, que tem um impacto direto na própria demanda porque a regularização com essa requalificação visa levar dignidade, infraestrutura e um título de propriedade para as pessoas, nos termos da nova legislação nº 13.465. Tendo como foco não só a produção como a regularização, o programa está passando por um redesenho de todos os focos de processos de legalização de documentos com vistas à desburocratização, otimização dos recursos e, por determinação do secretário, foi feito um pedido de crédito suplementar do orçamento que está aguardando a autorização da Secretaria da Fazenda para que se acelerem cada vez mais os trabalhos de regularização do Estado. Com relação às entidades, há um processo de atendimento contínuo, como colocou o secretário, para ter de forma clara o mapeamento de todas as demandas das entidades que estão dentro da casa, desde as mais simples, protocolos de intenção pré-afirmados, convênios, realizando um trabalho de diagnóstico e mapeamento de tudo aquilo que tem na casa, no que diz respeito as entidades para que a partir daí, com compatibilização, com a execução orçamentária, se possa disponibilizar os atendimentos de forma coordenada e justa. E para complementar, diz que está produzindo, já foi aceito pela Secretaria Nacional da Habitação, a formação de um grupo onde o Estado de São Paulo juntamente com a Secretaria Nacional de Habitação participarão da coordenação para que se possa ter mais efetividade na política nacional de habitação. É sabido que nos últimos anos toda política de habitação dos estados e municípios estava basicamente atrelada à política nacional. Ainda há indefinições do todo da política nacional, então o Estado de São Paulo, hoje, vai participar ativamente dessa construção juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Regional. Finaliza a fala e diz que está à disposição. **Secretário Flavio Amary** pede que Marangoni complemente o que falou no começo, sobre requalificação, do projeto que está começando a desenvolver, do financiamento para o Cidade Legal, depois do título. **Marangoni** explica que há um trabalho, também com o Governo Federal e dentro do orçamento do próprio Estado, para obtenção de recursos e investimentos na requalificação das moradias e infraestrutura e concomitante trabalho da reurbanização, para que se possa fazer a regularização e em seguida já entrar com as obras de infraestrutura e qualificação de moradias dentro dessas áreas a serem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

regularizadas. Então o governo vai avançar e dar um passo a mais, além só da entrega do título, mas também da requalificação e infraestrutura nessas áreas. Diz que a ideia é que as famílias, ao receberem o título de propriedade, tenham um incentivo adicional para deixar a casa melhor, que se faça um financiamento para essas famílias. Essa experiência acredita já ter acontecido em Salvador. Quando não se tem o título, não há incentivo para investir naquela propriedade; quando se tem a propriedade, naturalmente há um incentivo, porque passa a ser seu e assim trabalhará para melhorar a qualidade de vida dessas famílias, financiamento para melhorar o telhado, fachada, construir um banheiro, etc. Então, se pensa ainda em como formatar esse programa. Complementar a isso, há um estudo, e a Maria Claudia tem conversado para se pensar alguma ideia inovadora, valendo também aqui nesse fórum, discutir ideias inovadoras para um processo de desfavelização, o que já se faz desde sempre, mas tem que considerar a importância desse tema, a relevância social que tem esse tema na Secretaria da Habitação. Buscar com criatividade de alguma forma fomentar esse processo de desfavelização, principalmente com investimento privado para que se consiga fazer mais. O Estado pode fazer como tem feito, e informa que irá conhecer o Jardim Pantanal, que é uma ação de sucesso feita pela Secretaria de Habitação. Semana anterior esteve em Santos conhecendo o Cota 200, uma ação do Programa Serra do Mar. E tem buscado conhecer o que foi feito no passado, para que se possa fazer mais no futuro. Com a limitação orçamentária será necessário escolher, um, dois, três projetos, mas buscando criatividade na formatação para que se traga investimento privado e se consiga multiplicar essa ação de uma, duas, três, em vez de uma Jardim Pantanal, um Jardim Santo André, se faça mais ações de desfavelização no Estado de São Paulo. Essa é uma das versões que se tem buscado aqui; construir uma solução, viabilizar um encontro mais amplo para discutir trazendo soluções alternativas. E solicita que Marcelo Herculino, secretário executivo desse conselho, conduza a reunião. **Marcelo Herculino** destaca as considerações importantes de Cassiano e Marangoni propondo um tempo máximo de 5 min para cada um. **Vitor Almeida** saúda o Secretário, destacando a ótima interlocução com o MDE, sendo um dos grandes pilares da habitação, ou seja, trazer recursos federais também para o Estado. Uma das preocupações no SindusCon é em relação ao FGTS, para fins diferentes da habitação, um tema importante que deve ser levado para discussões como forma de proteger esses recursos a esse destino específico; o Estado de São Paulo tem orçamento do FGTS de 15% ou 25% do destinado à habitação, que representa mais de 15 bilhões anualmente e sem esse recurso a habitação vai sofrer bastante no Estado. **Rosalvo** retoma a palavra e aponta algumas questões a exemplo da participação da Casa Paulista, a participação do FPHIs no programa habitacional tanto da prefeitura quanto do governo federal. Destacando que o mais importante é que os três entes fossem alinhados num programa só. Está em andamento na prefeitura de São Paulo, o edital de chamamento onde várias associações têm seus projetos em andamento, e sem a clareza de aporte de recursos da Casa Paulista poderá não viabilizar os empreendimentos com alvará de construção. Reitera a importância da participação em reuniões de Conselhos. Na zona leste, especialmente na Cidade Tiradentes, praticamente todos os espaços estão ocupados formando-se favelas enormes, assim como no centro. Em 2008 foi aprovada na prefeitura, por meio do conselho municipal, a Resolução 17 que impede o município de atender prioritariamente os movimentos que passem por essas ocupações. Outra questão importante é que esse conselho precisa se reunir mais vezes e sugere criar uma sistemática de participação. **Jocemar Silveira** – representante do MOP aborda o assunto da regularização fundiária e do Programa Cidade Legal, destacando que nos extremos da cidade onde há muitas comunidades, muitas favelas, muitos núcleos habitacionais, a situação habitacional é grave, onde falta tudo, inclusive serviços básicos e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

essenciais, como moradia e educação. Convida o Secretário Marangoni para visitar o local. Destaca que só na Cidade Ademar, tem mais de 8 mil famílias na fila do auxílio aluguel. Se o governo investir mais na regularização fundiária e na reurbanização, o governo vai inibir o crime e o tráfico. Propõe-se a ser o elo de comunicação para poder colaborar e levar o desenvolvimento para o extremo da cidade. **Antonio Pedro** - do MOHAB explica que, de janeiro em diante, tinha uma meta de reunião junto aos órgãos da habitação com projetos em São Paulo, e que aconteceram reuniões com a Caixa, com Marangoni e com o secretário municipal João Farias, para alguns debates, diante de um quadro bastante preocupante para habitação. Entende que durante muitos anos, o Minha Casa Minha Vida, principalmente o Faixa 1, que é feito pela maioria dos movimentos, foi o grande guarda-chuva da política habitacional nacional e hoje considera praticamente sepultado esse programa. Hoje estão ameaçados de não ter continuidade, o que demanda maior elaboração e preocupação tanto da parte dos movimentos como dos governos municipais, estadual a respeito de uma política habitacional que possa suprir a falta desse programa federal. O Secretário falou da questão do Cidade Legal, mas é importante ter a ideia de quais são as metas principalmente para capital e Grande São Paulo de regularização com urbanização. E ressalta a manifestação de Rosalvo, que muitas entidades têm áreas obtidas através de editais e de licitações com os movimentos e, portanto eles têm terra e projetos aprovados ou em fase de aprovação e carece apenas da questão do financiamento. E que esse movimento devia ser feito pela secretaria estadual / CDHU para mais condições de garantir moradias, principalmente aos movimentos que já têm terra. Nesse sentido, o edital lançado ano passado, no governo anterior, é muito importante, porque prevê transferência de áreas para movimentos e entidades e com financiamento. E por último, a questão do conselho, ou seja, a necessidade da opinião de todos os movimentos e da ampliação e funcionamento desse conselho. **Elias Zitune** parabeniza o Secretário e reforça que para eles do setor produtivo é essencial e ajuda a combater o déficit habitacional, a questão da desburocratização e da simplificação. É notório que a secretaria tem esse pensamento de simplificar e desburocratizar no âmbito dos municípios e, apesar da independência dos municípios, o estado pode ser um incentivador dessas políticas. Essa ação tanto combate a morosidade que leva a novas ocupações e novas produções desse processo de favelização quanto incentiva o setor produtivo a ajudar o estado nas metas e ser um incremento de caixa em todo esse programa. Sugere que o trabalho seja feito em conjunto, iniciativa pública e iniciativa privada. **José Aguiar** inicia discorrendo sobre o Fundo de Garantia e que, como membro do conselho curador do fundo de garantia há quase sete anos, enaltece as práticas do estado de São Paulo com iniciativas louváveis; gestões que não se vê em outros estados, já que o Fundo de Garantia, por ser recurso escasso e, ainda com a reforma trabalhista, os saques são maiores que os depósitos; sendo os recursos finitos. Quanto ao programa MCMV, o subsídio com recursos orçamentários do governo federal é dado principalmente para faixa 1, 1,5, e o fundo de garantia que arca com o restante. Propõe estabelecer diálogo para equacionamento desse tema. E faz uma reflexão sobre o momento, propondo se pensar em programas de moradia com juros baixos porque com a taxa Selic baixa dá para ter juros baixos e acessíveis. Existem recursos, ávidos por vir para o Brasil, como o Covered Bond. Cita o exemplo da Alemanha onde o cidadão guarda o dinheiro por 10 anos para ter juros 0, e que essa mesma experiência no Brasil, resultaria em juros de 6,5% aa. Finaliza que o momento econômico tende a ser favorável e mais estável, e acredita na possibilidade de uma moradia com juros bem baratos e vem trabalhando nessa proposta. **João Crestana** parabeniza a nova estrutura do Conselho e diz ver com bons olhos a proposta do José Aguiar de atrativos para possibilitar a entrada de recursos externos. Destaca que o FGTS, recurso do próprio trabalhador é destinado à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

aplicação em moradia, trazendo melhoria na qualidade de vida do trabalhador. Discorre sobre a importância das fontes de recursos, ressaltando o papel da mulher como responsável na estrutura familiar. **João Farias** inicia destacando a importância do Conselho como fundamental para pensar políticas habitacionais para o Estado de São Paulo. Ressalta que desde o início do mandato do então prefeito João Doria, houve uma série de desafios em função da desaceleração do MCMV, o maior programa habitacional do Brasil, principalmente para a população de baixa renda, conhecida no MCMV como faixa 1. Há de se reconhecer que o MCMV vinha sendo o principal propulsor de habitação no país. Acrescenta ainda, que o grande desafio da capital, diferente de alguns municípios do interior, é a conclusão das obras em andamento, sendo obras de habitação que se dão através de operação urbana, seja através do PAC, seja através de intervenção do município, seja através de intervenção em áreas de mananciais; sendo intervenções que vão muito além da unidade habitacional, e carecem de grande investimento de recursos. Há na cidade um cadastro habitacional que aponta famílias recebendo auxílio aluguel desde 2006 e aguardando atendimento definitivo no que diz respeito à questão de habitação. Embora, independente disso, a preocupação é terminar as obras em andamento. Ressalta a importância de finalização das obras evitando-se os reajustes contratuais que só cumprem a questão legal do contrato. Há previsão de ser firmada uma parceria com o Banco Mundial, que deverá aportar para a cidade de São Paulo 100 milhões de dólares, sendo que parte do recurso será destinada à revitalização do centro, fazendo retrofit, em pelo menos 17 prédios, localizados na região central, para atender uma demanda habitacional mais diversificada no centro da cidade que impactará na mitigação do índice de criminalidade e ocupação com moradores de rua, o que acaba afastando pessoas que trabalham nessa região. Cita ainda, como prioridade, as ações de Regularização Fundiária da secretaria informando que o prefeito entregou na região de Guaianases 960 títulos de regularização fundiária de um loteamento que existe há mais de 35 anos. E que a ideia é entregar mais 2.000 até setembro e 160 mil até o final de 2020. Ao ser questionado por Jocemar da atenção dada a Guaianazes, **João Farias** esclarece que não vão entregar título em ocupações muito recentes, sem ter um mínimo de infraestrutura no bairro, como esgoto, asfalto, iluminação, pois o título seria precário e não teria o reconhecimento sequer do Ministério Público. E que na gestão do prefeito Bruno Covas vai receber o título os bairros que tiverem um mínimo de infraestrutura construída, garantida, para que depois cheguem os outros benefícios. Diz ainda que São Paulo tem dificuldade de entrar nesse programa de aporte de recurso para melhoria do imóvel porque a maioria dos imóveis é construída irregularmente, são imóveis que não tem aprovação de projeto, não tem planta, e o município tem dificuldade em aderir a esse programa porque é entregue o título da posse da área, e para a família já é extremamente positivo. E que esse Conselho será exitoso porque o estilo do Estado e da Prefeitura é o diálogo, que é fundamental principalmente quando não se tem dinheiro e quando se tem a forma para ser gasto corretamente. Tem certeza que ao caminharem juntas, tanto a secretaria do estado quanto a do município, a CDHU e a COHAB, vão apresentar para São Paulo uma proposta alternativa de habitação de interesse social. Tem preocupação com a questão da locação social para baixa renda, porque a experiência do MCMV na faixa 1, tem um alto nível de inadimplência; acha que se a pessoa já não paga o que é dela, imagina que não vai pagar o que não é. Portanto, esse modelo tem que ficar mais claro, e finaliza se colocando à disposição para contribuir com esse debate. **Isaías da Silva** representante do Movimento Pró-Moradia de Suzano e membro do MOP, entidade que engloba mais de 70 entidades, assume a palavra ressaltando a colocação do secretário, especialmente no que se refere à questão do aluguel social e também da PPP social. Acredita que relacionado ao aluguel social para pessoa de baixa renda, seria melhor adotar o que foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

feito por Fernando Henrique Cardoso, o PAR, Projeto de Arrendamento Residencial que deu muito certo. Diz que as PPPs foram criadas no estado de São Paulo para parceria com os movimentos sociais e que isso não acontece, que em Suzano o número foi de 60 famílias sorteadas, 40 não conseguiram, 30 mais ou menos assinaram contrato, e as outras não conseguem por questão documental, uma exigência muito grande que precisa ser mais discutida. E se dirige ao Secretário, sugerindo que o Conselho se reúna mais para discutir as questões diversas que tratam da política habitacional, déficit, projetos de modo a atender a população necessitada nesse estado tão grande. Solicita ainda ao secretário, uma agenda para tratar de lote urbanizado e propõe que se faça com as entidades o Pró-moradia, que estão fazendo em parceria com alguns proprietários de terreno, projeto de loteamento e execução, inclusive, eles ganharam um terreno de 78 mil metros quadrados e está sendo feito projeto de loteamento; portanto, gostaria que o Secretário explicasse melhor como fazer a parceria com a secretaria do governo do estado para financiar a casa própria às pessoas que forem participar do projeto desse terreno. Parece que só a prefeitura pode fazer essas parcerias, então precisa ficar mais claro com respeito às entidades. **William Evangelista**, diz que são do Terceiro Setor, uma parceria do governo do estado, já histórica. Aponta duas questões sendo uma sobre os editais de 2008, que foram citados pelo Rosalvo e em 2019 ainda não foram concretizados. Pergunta se tem recursos para continuidade dos projetos que estão em andamento, pois sabe das dificuldades existentes, mas quer saber como vai ser provisionado isso, quais os próximos passos. A segunda questão é que Antônio Pedro (Tonhão) também citou é a seleção do credenciamento 001/18 que diz respeito à continuidade dessa parceria junto às entidades com o governo do estado. Ela tem um prazo de 24 meses para consolidação, esse prazo está passando, e embora se saiba das dificuldades, quer saber, em nome da Federação, do escopo desse programa, como está ocorrendo, visto que não tem mais calendário para tal. As entidades se cadastraram e agora se desconhece como vai transcorrer esse processo. A última questão é sobre a aprovação de projetos na prefeitura porque todos deverão passar por esse crivo também. Diz que em um passado não tão distante se avistava uma situação em que as entidades teriam certa diferenciação, que a tramitação dos projetos de habitação social seria um pouco separado em relação ao mercado. Pergunta se há, no caso da prefeitura, algo nesse sentido para facilitar porque sabe do processo burocrático no caso das aprovações. E finaliza agradecendo. **João Farias** em resposta informa sobre a reativação de uma Comissão Intersecretarial, que já existia, mas estava desativada e que tem intuito de dar mais agilidade e celeridade nos casos de aprovação de projetos de habitação de interesse social. **Maurício Prado** parabeniza o secretário pela apresentação e menciona comentário feito sobre Santos referente à entrega de um conjunto habitacional, com 205 moradias para famílias de palafita, de área de risco. E deixa registrado o pleito da gestão anterior nesse conselho, a certeza de que essa secretaria e a CDHU estão analisando as peculiaridades e as características de cada região do estado, capital, interior, e no litoral, devido apresentarem algumas características que diferem umas das outras, como outras regiões metropolitanas, e especifica a questão complicada que são as fundações profundas, construção de unidades habitacionais com 40, 50 metros de estacas para encontrar resistência, o que encarece demais a construção habitacional. Nessa realidade não existe a possibilidade de construção de casas, se trabalha com tipologia de térreo mais 4, chegando a construir com a CDHU um prédio de 20 pavimentos para resolver a situação de uma comunidade que estava instalada na cidade há mais de 40 anos. Reforça que além dessa característica, dessa peculiaridade das palafitas que o Secretário conheceu, há de entender como é complicado para quem está na ponta lidar com isso. Menciona a existência também do Conselho Municipal de Habitação, o qual ele preside e foi um dos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

primeiros a ser constituído no Brasil, com representantes não só de favelas, comunidades, enfim, de vários segmentos. Relata que Santos, talvez apresente o maior déficit habitacional do estado com características que os colocam nessa situação, e que certamente devem ser consideradas. Solicita que ocorram outras discussões nesse aspecto não só nesse Conselho, mas que possam também discutir alternativas para a cidade de Santos e a região da Baixada Santista. Finaliza agradecendo. **Flavio Amary** inicia a rodada de respostas dizendo saber de antemão da sugestão de muitos presentes, para respeitar o decreto, e a resolução para que as reuniões sejam realizadas de acordo com a regra que é trimestral. Então faz proposta para que as próximas reuniões aconteçam em 10 de setembro e 10 de dezembro, em 90 e 180 dias, e convoca para que as reuniões tenham seu horário de início às 9 horas e término às 11 horas. E quanto à disponibilidade de datas para o comparecimento de todos ressalta que o dia da semana nem sempre será o mesmo e que eventualmente um ou outro Conselheiro terá algum compromisso que o impossibilitará de comparecer. **Rosalvo Salgueiro** explica que se equivocou com o horário da reunião devido ter fixado horário das anteriores com início às 10 horas, para o qual o **Secretário** esclarece que costuma fazer reuniões cedo já tendo inclusive feito uma apresentação para os membros. Continua, com relação a Aguiar, João e Elias que falaram do Fundo de Garantia, respondendo que já teve uma teleconferência com o presidente do Conselho, que o mesmo está sendo aguardado aqui; o assunto é realmente polêmico. Diz que somos aliados ao tema e que o fundo de garantia tem que ser para o que ele foi criado, habitação, infraestrutura, saneamento, e não para outras finalidades; que sai do nosso controle, nossa força política, nosso trabalho, e não sabe se conseguirá segurar essas outras finalidades que estão criando para o fundo de garantia para fomentar a economia. Comenta que Rosalvo mencionou o FPHIS e que em breve haverá uma reunião com Casa Paulista; considera também fazer uma reunião com a Secretaria e estão ajustando com a Fazenda. Lança a ideia de uma reunião do Conselho Gestor para tratar do FPHIS e também do Casa Paulista, nos próximos dias, e apresentar uma ideia do que se está fazendo no Casa Paulista para que não tenha aquele valor fixo do Casa Paulista; não é 10, ou 20 ou 30 mil, é uma curva de subsídio que depende da renda da família, do financiamento para que não se dê mais nem menos do que precisa para aquelas famílias. É essa a ideia e o projeto que ainda não está pronto. Na verdade, estava pronto, porém com as mudanças do MCMV, desordenou um pouco também a curva de subsídio. Porque acontece assim; tem o subsídio federal, o municipal, o teto de financiamento que a Caixa Econômica libera e então entra o Casa Paulista, não é o contrário. Acontecia que o estado dava os 30 mil e a Caixa financiava menos, então algumas famílias recebiam mais do que precisavam e outras que precisavam recebiam menos. Então, essa curva de subsídio talvez esteja presente quando tiver clareza do regramento do MCMV. Elucida com relação às invasões, que não devem ser atendidos aqueles que fazem invasões, precisa ter uma linha de corte, mas ao mesmo tempo, um decreto, uma resolução, e não dando para tomar nenhuma decisão hoje, de imediato, sugere a possibilidade de deliberar na reunião do dia 10 de setembro. No caso de resolução, deve ser apresentada 15 dias antes da nossa próxima reunião, e essa resolução constar como pauta na próxima reunião de setembro. O **Secretário** diz simpatizar bastante com essa ideia. **Rosalvo Salgueiro** em resposta ao Secretário, diz que é preciso ter um atendimento republicano e absolutamente transparente. Que o MCMV atendeu 100% de movimentos de organizações ligadas à base do governo. **Flavio Amary** diz que não vai priorizar A, B, ou C, e quer que todos respeitem as regras. Invasões, novas invasões vão ter a relação cortada com a secretaria para atendimento habitacional, essa é a diretriz que estamos implantando, a sugestão é boa e pode ser transformada em uma resolução da secretaria com sugestão do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

Conselho Estadual de Habitação. Em resposta ao Jocemar que falou sobre regularização, o Secretário concorda no caso de regularização do imóvel e não para fazer infraestrutura. Também concorda que não precisa só fazer novas casas, a solução vai muito além, precisa atacar onde tem o déficit habitacional, e ajudar as pessoas a fazer outra casa quando tem terreno e tem a coabitação. Outro tema que foi tratado na reunião é que o estado tem que fomentar a locação; a ideia não é um programa habitacional de locação do estado, não é o estado fazer prédio para alugar. Tem que trazer o investimento privado, esse é o conceito; o que se consegue fazer com o dinheiro do estado é limitado. O fundo alemão, ou chinês ou de qualquer lugar, mesmo brasileiro, tem dinheiro para fazer casa para alugar, tem que dar segurança jurídica para eles. E se não pagar tem que sair. Diz que Eduardo Velucci está fazendo uma ação fundamental com toda a equipe da CDHU, com cobrança de inadimplência, até campanha publicitária, ações com as regionais porque, se financiou, precisa pagar, não importando o valor que a CDHU irá receber; a pessoa tem que pagar seja 100 ou 200 reais, pagar o percentual devido. O presidente Eduardo está fazendo uma ação juntamente com o diretor Nédio na área financeira da CDHU, da preparação do balanço da Companhia, deixar o balanço ajustado, com ações de empresas, consultoria e auditoria, e buscar uma securitização de recebível, porque a carteira da CDHU é gigante e pode antecipar produzir casa para o povo, não precisando esperar 30 anos para ter o dinheiro; essa é a missão. O Aguiar falou dos covered bonds ou a da LIG, não se sabe se a Companhia pode fazer isso, e se não puder procura fazer atrelado a alguma instituição financeira, pelo próprio estado. **Flavio Amary** comenta que Elias falou da interface com os municípios e informa que tem conversado muito com os prefeitos nessa direção; aproveita para responder Mauricio que falou de Santos, e diz que não adianta fazer construção no morro, esteve em fevereiro no edifício entregue em Santos, e que a obra foi muito cara, enquanto tem o centro de Santos onde pode ser feito investimento privado, já que tem muito terreno e prédio abandonado, podendo a população morar lá e estar mais perto do trabalho, do hospital, da escola, ou seja, de onde tem estrutura, e é lá que é preciso estar. Diz que Maurício pode ajudar junto ao prefeito e secretário municipal para que possa ter uma legislação também lá e desobstruir a ação no centro. E segue, com a demanda de Antonio Pedro (Tonhão) quanto à ampliação do Conselho, respondendo que um conselho de 40 membros é inviável, quando aumenta demais não flui o trabalho, e esse está ideal e vai funcionar se reunindo, dialogando, construindo, e acrescenta que esse grupo de trabalho atual está redondo, perfeito. Não há intenção de aumentar o tamanho do Conselho sendo melhor caminhar na direção do que fez o governador do estado que enxugou o Condephaat, sendo alvo de discussão judicial, mas ganhou na justiça a nova formatação do Condephaat que tem ligação direta com a proteção e o patrimônio histórico, visando o não tombamento de tudo. Se o prédio estiver caindo, você vai querer ocupar, isso ocorre em Portugal, na França, na Espanha, em qualquer lugar. É necessário proteger, e ocupar de forma regular, porque se invade o prédio fica uma grande desordem e, no limite, é uma bomba relógio que a qualquer hora pode cair, explodir, pegar fogo. O que se quer é o contrário, tem que ter regras obedecidas e não aceitar nenhum tipo de invasão. E continua dizendo a Maurício, de Santos, o quanto é importante tirar as pessoas daquelas palafitas, que gostaria de chegar a ver o mangue limpo, que não se pode ter ideia do quão chocante e assustador foi estar lá e conhecer essa realidade. O **Secretário**, sobre as falas de Elias, Tonhão, Jocemar, quanto ao centro da cidade, FGTS, acha que tem que fazer as parcerias no Cidade Legal com a prefeitura, verificar e buscar formas de como fazer, se vai querer fazer 100 mil, 150 mil, 160 mil, ou se juntos fazem 200 mil. Já conversou com Marangoni, sobre a necessidade de fazerem mais e juntos, porque assim, fazem mais para os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

dois, estado e município. E conforme dito por Willian, que falou das aprovações dos projetos habitacionais, o secretário gostaria sim, de fazer mais e contar com apoio. Não acha aceitável que o licenciamento na prefeitura, de um projeto que está sendo feito para a população, demore tanto tempo. Tem que ser rápido, e acha que um projeto do estado deveria ser aprovado pelo município em uma semana, sendo inaceitável o tempo que demora em aprovar um projeto habitacional de interesse social em algumas cidades e, São Paulo vale isso. E que João assumindo recentemente a Prefeitura, assim como ele, estão tentando melhorar, pois não é crível demorar tanto tempo para aprovar um projeto no município de São Paulo. Conta que o governador, então prefeito João Doria, implantou o projeto Aprova Rápido, que contou à época com a participação de entidades aqui presentes, assim como ele próprio pela presidência do SECOVI e o Sinduscon, e que está em pleno funcionamento. Acredita que o Aprova Rápido também tem que ser trazido para habitação de interesse social, e rápido. E dando só mais uma resposta para Rosalvo e Wiliam sobre os projetos que foram aprovados, estão com alvarás, aprovados e não têm dinheiro. Se só faltar o da Casa Paulista, não tem dúvida que consegue na Fazenda, e com o governador João Doria a liberação desse recurso que está contingenciado. Não tem orçamento para o Casa Paulista, mas se só estiver faltando o Casa Paulista se compromete a ir junto com o grupo, ou mesmo sozinho, despachar com o governador, o vice-governador Rodrigo Garcia que tem pleno conhecimento do tema sendo um aliado dos projetos e dos movimentos sociais, e tem a vontade política de fazer como vice-governador, assim como as condições de ajudar. Porque não é só a ação social, mas também uma ação econômica, que gera emprego para o povo. Então o problema hoje não está na Secretaria Estadual, está no MDR, e quando se tiver a concordância do MDR ou da Caixa Econômica o estado entra com recurso e vai ao governador, vice-governador, e certamente vai conseguir; ficando no aguardo da concordância do “ok” do MDR, do governador, do vice-governador. Finaliza passando para o Marangoni falar sobre a regularização e encerra a conversa. Ainda é questionado sobre o andamento do Edital 01/18. **Fernando Marangoni** começa mencionando que Eduardo já tocou no assunto da regularização, e o que se quer é o trabalho de regularização com vistas à titulação das pessoas. O Programa Cidade Legal não faz obra de infraestrutura e sim, apoia na titulação. A proposta, inclusive para o Governo Federal, é que o Governo Federal acople ao Programa Cidade Legal o Programa Pró-Moradia. Que é justamente recurso para infraestrutura. E, quer deixar claro o que cada programa faz. E ainda, quanto às áreas de risco, são áreas que não admitem a titulação da pessoa no local. Então, é um investimento de infraestrutura e remoção com produção habitacional. Não é puramente a regularização, porque não se pode regularizar área de risco e quer deixar isto registrado. E adverte as entidades o quanto é importantíssimo já constituir o que se quer. No mapeamento e diagnóstico deixar bem claro para que o Secretário, como também todos os entes da Secretaria consigam entender e deixar pronto do ponto de vista jurídico, formal, todos os pleitos das entidades. Evitar chegar ao momento em que só faltará o aporte de recursos para o empreendimento e se deparar ainda com formalidades que não foram cumpridas. A proposta deste grupo é para deixar tudo pronto, do ponto de vista formal, para que só precise providenciar; correr atrás do recurso a partir daí. Encerra e **Flavio Amary** retoma reforçando que cada um dos presentes tem sua importância nas reuniões, motivo pelo qual conta com a participação de todos para que se comece a reunião às 9 horas, dando mais oportunidade para todos se pronunciarem. Agradece a participação de cada um, se coloca a disposição e termina dando bom dia a todos.